

BANCO PAULISTA S.A.
(CNPJ nº 61.820.817/0001-09)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

BANCO PAULISTA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração das mutações do Patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Paulista S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do **Banco Paulista S.A. (“Banco”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião com ressalvas

Investigações independentes

Em função dos processos instaurados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Ministério Público Federal (MPF) a respeito das investigações conduzidas pelas autoridades públicas federais relacionadas à operação conhecida como “Operação Lava Jato - Disfarces de Mamom”, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.c., a atual Administração do Banco concluiu investigação independente sobre os prestadores de serviços apontados nos processos instaurados pelo BACEN e MPF com o propósito de apurar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus ex-administradores e ex-prestadores de serviços relacionados a essa Operação. A investigação contou com um comitê interno independente que orientou os trabalhos junto ao time de investigação conduzida por escritório de advocacia e empresa especializada em riscos, com seus resultados apresentados na Nota Explicativa nº 2.c. A investigação abrangeu apenas os prestadores de serviços que constantes das investigações conduzidas por autoridades públicas federais, tendo apontado que determinadas despesas de prestação de serviços decorrentes de comissionamento sobre operações de câmbio realizadas pelo Banco não apresentavam evidências apropriadas e suficientes para corroborar as efetivas prestações de serviços, assim como foram identificadas despesas sem a devida formalização em contratos, pagamentos de despesas cujos contratos não estipulavam o racional de remuneração ou percentuais de comissões e ausência de solicitações de compras ou cotações com outros fornecedores, o que resultou em auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) no montante de R\$ 55.586 mil, conforme nota explicativa nº 16.a. A RFB concluiu sua fiscalização em 3 de dezembro 2019, lavrando novo auto de infração em decorrência da finalização da fiscalização, tendo como base a glosa da dedutibilidade para fins de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e imposto de renda retido na fonte. Para esse auto, o Banco ingressou com processo de impugnação amparado por sua assessoria jurídica, que avaliou estas glosas com probabilidade de perda remota e possível, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 28.c, e na investigação realizada, que não identificou irregularidades para estas despesas. Conforme nota explicativa nº 2.c, em 10 de julho de 2020 a RFB emitiu novo auto de infração, complementar ao segundo, ajustando o auto de infração decorrente da fiscalização concluída em 3 de dezembro de 2019 em função da alíquota da multa aplicada, para o qual a assessoria jurídica tem a mesma interpretação ao auto original.

Sobre o processo administrativo conduzido pelo BACEN, conforme notas explicativas nº 2.d e 28.d, os assessores jurídicos se posicionaram no sentido de que ainda não há informações suficientes para que se possa divulgar ou ainda determinar se uma provisão para perdas é requerida. Assim, as investigações realizadas, por não terem abrangido a totalidade dos prestadores de serviços, pode ainda depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, venham a ser requeridos como parte de todo o processo de investigação deflagrado. Adicionalmente, neste momento, não é possível estimar os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas federais, o que pode incluir novas sanções, nem os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações contábeis findas em 30 de junho e 31 de dezembro de 2019 em função do estágio das investigações realizadas pelas autoridades públicas federais.

Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

A administração não está apresentando as demonstrações contábeis consolidadas do Banco, conforme nota explicativa nº 03. Consequentemente, a leitura destas demonstrações contábeis deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis da controlada.

Circularização (confirmações externas) e conciliação de instituições financeiras no exterior

Como procedimento de auditoria definido pela NBC TA 505 - Confirmações externas (circularizações) foram encaminhadas solicitações de confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras nas datas de 30 de junho e 31 de dezembro de 2019, as quais não foram recebidas. Ainda, conforme nota explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2019 o Banco apresenta disponibilidades em moedas estrangeiras no montante R\$ 1.350 mil para os quais, até a conclusão de nosso exame, não foram apresentadas conciliações e extratos bancários que pudessem corroborar com o referido saldo, não tendo sido possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, obtermos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para corroborar os saldos contabilizados. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre estes procedimentos de auditoria e sobre eventuais impactos desse assunto nas demonstrações contábeis do Banco findas em 31 de dezembro de 2019.

Prejuízo com encerramento de atividades operacionais de câmbio

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23 às demonstrações contábeis, no exercício de 2019 o Banco reconheceu contra o resultado diversas rubricas contábeis relacionadas com encerramento de atividades operacionais de câmbio, resultando em perdas de R\$ 10.293 mil, para as quais não foram apresentadas documentações e controles apropriados e suficientes que permitissem concluir sobre este procedimento, assim como sobre a correta competência destas transações, permitindo a aplicação do CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros, aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.007/11. Como consequência, não nos foi possível auditar os ajustes realizados, tão pouco determinar os valores envolvidos para reapresentação e seus respectivos impactos sobre as demonstrações contábeis do Banco referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

Créditos tributários de exercícios anteriores

Conforme Nota Explicativa nº 24 às demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2019, o Banco registrou créditos tributários no montante de R\$ 12.810 mil, dos quais R\$ 2.780 mil referem-se a créditos constituídos sobre operações anteriores ao exercício de 2019, para os quais possuem competências anteriores à 2019, levando a necessidade da aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução CMN 4.007/11 e a consequente reapresentação das respectivas demonstrações contábeis envolvidas. Em consonância ao assunto, até o encerramento de nosso exame, não foram procedidas as devidas retificações das obrigações acessórias junto à Receita Federal do Brasil, procedimento obrigatório para que o crédito possa ser consumado. Enquanto estes processos não forem finalizados, ficamos impossibilitados de assegurar a qualidade dos mesmos e seus possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis do Banco findas em 31 de dezembro de 2019.

Investimentos em controladas e coligadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, o Banco possui investimento na controlada SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. (“Companhia Investida”), representando 100% (cem por cento) do capital daquela investida, a qual não concluiu o processo de auditoria de suas demonstrações contábeis até a data de emissão de nosso relatório. Como consequência não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos quanto a correta apresentação deste investimento, no valor de R\$ 63.783 mil, e da equivalência patrimonial, no valor de R\$ 870 mil em 31 de dezembro de 2019.

Apuração de créditos tributários

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24 às demonstrações contábeis, o Banco tem registrado créditos tributários no montante de R\$ 33.979 mil, dos quais R\$ 3.971 mil não tiveram apresentação de evidências apropriadas e suficientes para corroborar a constituição deste valor. Como consequência, o saldo de crédito tributário, o resultado do semestre e do exercício e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 3.971 mil em 31 de dezembro de 2019.

Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio

Conforme nota explicativa nº 17.b às demonstrações contábeis, o Banco pagou juros sobre capital próprio (JCP) no montante de R\$ 4.539 mil. Entretanto, o Banco não apresentou lucro no exercício ou saldo de reservas que possibilitassem o pagamento do JCP. Adicionalmente, as ressalvas descritas nesse relatório indicam que o resultado do semestre e do exercício findos em 31 de dezembro de 2019 estão superavaliados. Como consequência, o saldo da reserva legal não está adequadamente apresentado.

Impairment sobre o Intangível

Conforme Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, o Banco possui Intangível de marcas e patentes no montante de R\$ 4.000 mil, o qual foi locado pelo prazo de 240 meses, requerendo a aplicação do CPC 01 (R1) Redução do valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 3.566/08. A administração não procedeu ao teste de recuperabilidade de seu fluxo de caixa, tendo nosso exame apontado a necessidade de reconhecimento de impairment no montante de R\$ 369 mil. Como consequência, o ativo não circulante, o patrimônio líquido e resultados referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 estão superavaliados em R\$ 369 mil.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Conforme Nota Explicativa nº 8.d às demonstrações contábeis, o Banco apresenta perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa o saldo de R\$ 24.912 mil, enquanto nosso exame apontou para o montante de R\$ 29.252 mil, indicando uma subavaliação de R\$ 4.340 mil, por falta de garantia de operações e, por eventos subsequentes, terem sido totalmente provisionadas, contrariando o disposto nos CPC's 24 - Evento Subsequente e 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pelas Resoluções do CMN 3.973/11 3.823/09, respectivamente, e Resolução do CMN nº 2.682. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o ativo e o patrimônio líquido estão superavaliados, assim como o resultado do semestre e exercício estão superavaliados em R\$ 4.340 mil.

Multas CVM

Conforme Notas Explicativas nº 16.c e 22 às demonstrações contábeis, o Banco reverteu a provisão para multas por descumprimento de prazos junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no montante de R\$ 4.002 mil, entendendo que as mesmas devem ser reconhecidas quando de sua efetiva cobrança, independentemente da sua prescrição, contrariando o disposto no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução do CMN 3.823/09. Paralelo à esta questão, a provisão foi constituída em exercícios anteriores, não podendo afetar os resultados futuros após suas respectivas constituições, exceto pela sua prescrição. Como consequência o passivo circulante está subavaliado, o patrimônio líquido e os resultados do semestre e do exercício estão superavaliados em R\$ 4.002 mil.

Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis, o Banco reconheceu ajuste como receita relacionado com valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda no montante de R\$ 2.983 mil, decorrentes de títulos negociados e liquidados anteriormente ao exercício de 2019. A Administração optou por não reapresentar das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 com as devidas correções necessárias, conforme previsto pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução CMN 4.007/11. Como consequência, os resultados do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 estão superavaliados em R\$ 2.983 mil.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos

No semestre findo em 31 de dezembro de 2019 o Banco reconheceu resultado negativo com instrumentos financeiros derivativos o montante de R\$ 13.282 mil, dos quais, R\$ 3.547 mil referem-se a despesas incorridas no semestre findo em 30 de junho de 2019. A Administração não procedeu a reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019 com as devidas correções necessárias, como requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução do CMN 4.007/11. Como consequência, o resultado do semestre findo em 31 de dezembro de 2019 está subavaliado em R\$ 3.547mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza quanto a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.c, como consequência do processo administrativo aberto pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 13 de abril de 2018, e processo de investigação do Ministério Público Federal, aberto em 8 de maio de 2019, a respeito do suposto envolvimento do Banco no processo de investigação conduzida pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Disfarces de Mamom”, encerrou suas atividades no mercado de câmbio durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tendo início deste encerramento o mês de abril de 2019, com a descontinuidade das atividades de importação de reais, sendo estas operações responsáveis significativamente pela receita da intermediação financeira do Banco, conforme nota explicativa nº 1. Dentro do processo de reestruturação societária, foi homologação pelo BACEN em 03 de julho de 2020, a redução de capital do Banco com entrega aos acionistas das ações de sua subsidiária integral conforme apresentado na Nota Explicativa nº 31 e, com isso, o Banco deixa de ter os resultados de equivalência patrimonial alcançado nos últimos exercícios, conforme nota explicativa nº 11. Estas questões, somadas à relevância dos assuntos mencionados acima e reportados nas notas explicativas nº 8.d, 16.c, 12, 22 e 23, 24 relativas à procedimentos contábeis adotados pela administração realizados em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e que foram objeto de ressalvas descritas, requerem que a administração continue adotando medidas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional, sobre o risco de não tê-la caso não obtenha sucesso em suas medidas.

Ênfases

Operações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22, no exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2019, o Banco reconheceu resultado com cessões de precatórios no montante de R\$ 5.243 mil, as quais foram realizadas com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incerteza sobre realização de ativos

O Banco detinha em 31 de dezembro de 2019, cotas do Industrial Parks Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo Investido”) nos montantes de R\$ 7.494 mil. As demonstrações contábeis do Fundo Investido referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2019 foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria emitido em 26 de julho de 2019 com o seguinte parágrafo de Incerteza relevante quanto a continuidade operacional:

“Chamamos a atenção para Nota Explicativa nº 4, que evidencia que o Fundo possui investimentos nas Companhias GPR Empreendimentos (GPR20), GPR Empreendimentos (GPR23), GPR Empreendimentos (GPR28) e GPR Empreendimentos (GPR29), as quais encontram-se em fase de desenvolvimento de suas operações e ciclo de receitas ainda não iniciado. A obtenção de receitas pelas Companhias depende do sucesso das operações que estão em desenvolvimento, nesse contexto, até que as operações se tornem rentáveis, as Companhias dependem do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros. Dessa forma, a continuidade operacional das Companhias depende do sucesso do plano desenvolvido pela administração. As demonstrações contábeis das Companhias não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou os valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função da resolução desta incerteza. Nossa opinião não contém modificações em função desse assunto.”

Assim, caso as ações desenvolvidas pela Administração das Companhias Investidas pelo Fundo Investido não se materializem, o valor registrado neste investimento será diferente daquele estimado em 31 de dezembro de 2019. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes à 30 de junho de 2019

As demonstrações contábeis do Banco relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório de auditoria foi emitido em 15 de maio de 2020 com abstenção sendo importante ressaltar que:

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram identificadas operações relacionadas com aquelas apontadas pelo MPF, tão pouco houve novas diligências deste órgão tendo como contraparte o Banco, seus acionistas ou seus executivos;
- A RFB encerrou sua fiscalização e seus apontamentos constam nos respectivos autos de infração, para os quais o montante de R\$ 55 milhões foi aceito pela Administração e está em processo de recolhimento e o segundo está em processo de impugnação, tendo os assessores jurídicos e o levantamento realizado pela investigação independente avaliado estes como sendo inaplicáveis e com probabilidade de perda remota;
- Nossos exames confirmaram que as operações de câmbio foram suprimidas e não estão sendo realizadas novas operações nessa modalidade pelo Banco;
- A fiscalização do BACEN ainda não foi concluída e como desdobramento deste processo foi orientado e solicitada a redução do capital do Banco através da cessão de sua participação acionária na SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. aos acionistas do Banco, tendo sido homologada em julho de 2020, denotando haver concordância do órgão regulador com o processo de ajuste apresentado àquele órgão;
- A sucessão dos fatos apresentados nos levam a avaliação dos riscos atrelados à estes assuntos, de maneira a concluirmos que as incertezas decorrentes das investigações em andamento não são mais pervasivas o suficiente para emissão de relatório de auditoria com abstenção de opinião.

Seguem os assuntos relacionados com a abstenção de opinião em 30 de junho de 2019:

Investigações independentes

Ressalva com mesmo teor à ressalva descrita acima na seção intitulada “Base para opinião com ressalvas”, “Investigações independentes”.

Documentação suporte de operações de câmbio

Operações de câmbio registrados nas rubricas contábeis “Devedores diversos no país”, “Depósitos a vista em moeda estrangeira”, e “Pendências a regularizar - Câmbio” nos montantes de, R\$ 21.825 mil, R\$ 15.064 mil e R\$ 3.242 mil, respectivamente, para as quais não nos foram apresentadas documentações e/ou controles internos que permitissem obter outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes que pudessem suportar os saldos contabilizados nestas rubricas.

Circularização de instituições financeiras

Confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras na data de 30 de junho de 2019 não recebidas.

Circularizações de operações de crédito

Confirmações de operações de crédito na data de 30 de junho de 2019 não recebidas.

Reconhecimento de resultado

Reconhecimento de resultado com instrumentos financeiros derivativos e receita com prestação de serviços os valores de R\$ 12.244 mil e R\$ 32.130 mil, respectivamente, para as quais não foram apresentadas documentações e controles apropriados e suficientes que nos permitisse concluir sobre este montante, não tendo sido possível fazê-lo através de procedimentos alternativos de auditoria

Continuidade operacional

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada “Incerteza quanto a continuidade operacional”;

Investimentos em controladas e coligadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, em 30 de junho de 2019 o Banco possuía investimentos de R\$ 70.491 mil na SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. (“Companhia Investida”), representando 100% (cem por cento) do capital daquela investida. As demonstrações contábeis da “Companhia Investida” foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria emitido em 14 de maio de 2020 continha abstenção de opinião devido ao assunto relacionado com a investigação realizada pela administração e pelos seguintes assuntos: i) Circularização de instituições financeiras brasileiras não recebidas em sua totalidade; ii) Disponibilidades em moedas estrangeiras sem evidências de auditoria apropriadas e suficientes para emissão de opinião; iii) Operações de câmbio registradas nas rubricas contábeis “Carteira de câmbio - ativo”, “Devedores diversos no país”, “Carteira de câmbio - passivo”, e “Comissões a pagar sobre operações de câmbio” para as quais não foram apresentados os respectivos contratos de câmbio e/ou outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes para suportar os saldos contabilizados; iv) Registro nas rubricas contábeis “Cotas de Fundos de Investimento”, “Rendas a receber”, “Taxa depositária do Tesouro Nacional” e “Credores diversos” sem apresentação de documentos suporte de tais registros; v) Reconhecimento de resultado com “títulos e valores mobiliários”, “Receita de prestação de serviços”, “Outras receitas operacionais” e “Outras despesas operacionais” sem apresentação de documentação suporte; vi) Insuficiência de provisionamento de contingências junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no valor de R\$ 2.653 mil, líquido de efeitos tributários.

Como consequência não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos quanto a correta apresentação deste investimento em 30 de junho de 2019, assim como sobre o resultado de equivalência patrimonial referente ao semestre findo nessa mesma data no montante de R\$ 5.929 mil.

Instrumentos financeiros derivativos

Conforme Nota Explicativa nº 7, em 30 de junho de 2019, o Banco possuía posições ativas em instrumentos financeiros derivativos relacionados com moeda estrangeira no montante de R\$ 1.383 mil, quando os extratos de custódia emitidos pelas corretoras nas quais estas operações foram realizadas indicaram que a posição do Banco era de R\$ 2.041 mil como posição passiva. Consequentemente, em 30 de junho de 2019, o ativo circulante do Banco está superavaliado em R\$ 1.383 mil, o passivo circulante está subavaliado em R\$ 672 mil, líquido de efeitos tributários, enquanto o patrimônio líquido e o resultado do semestre findo nessa mesma data estão superavaliados em R\$ 2.055 mil, líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, o relatório de auditoria referente as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2019 continha os seguintes parágrafos de ênfases:

Reapresentação das demonstrações contábeis

Reapresentação das demonstrações contábeis em decorrência de retificações de erro, os valores correspondentes referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução CMN nº4.007/11.

Incerteza relevante quanto a continuidade operacional de Fundo Investido

Ressalva com mesmo teor à ressalva descrita acima na seção intitulada “Ênfase”, “Incerteza sobre realização de ativos”.

Auditoria dos valores correspondentes à 31 de dezembro de 2018

As demonstrações contábeis do Banco relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria emitido em 02 de dezembro de 2019, continha abstenção de opinião referente aos seguintes assuntos:

“Investigação em andamento

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 2.c, em função de processo administrativo aberto pelo Banco Central do Brasil em 15 de junho de 2018 e processo de investigação do Ministério Público Federal, aberto em 8 de maio de 2019, a respeito do suposto envolvimento do Banco, do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Disfarces de Mamom”, a Administração do Banco está adotando ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus colaboradores e administradores relacionados a essas alegações. Como a referida operação ainda se encontra em andamento, e as ações investigativas que estão sendo conduzidas pela Administração ainda não são conclusivas, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria que nos permitissem concluir sobre os eventuais impactos existentes nas demonstrações financeiras do Banco.

Adicionalmente, neste momento, também não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras do Banco passadas e presentes.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 2 e 28.d, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinadas despesas e suas destinações, incluindo sua dedutibilidade no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - “IRPJ” e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - “CSLL” do período de 2013 a 2015. O Banco, como resultado de investigações internas, identificou pagamentos a empresas incluídas, direta ou indiretamente, na investigação “Disfarces de Mamom”, durante os exercícios de 2013 a 2018. Os órgãos de governança do Banco autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses gastos e apurar tais alegações e, neste momento, não nos foram disponibilizadas as respectivas documentações suporte de forma a aplicarmos procedimentos de auditoria e, assim concluir sobre os eventuais ajustes, caso haja, nas demonstrações financeiras do Banco.”

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de julho de 2020.

Banco Paulista S.A.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	2019	2018
Ativo			
Circulante		1.168.011	2.259.209
Disponibilidades		26.490	338.032
Em moeda nacional	4	25.140	174.490
Em moeda estrangeira	4	1.350	163.542
Aplicações interfinanceiras de liquidez		665.206	1.123.251
Aplicações no mercado aberto	4/5	663.398	1.121.745
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	1.808	1.506
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		121.703	32.981
Carteira própria	6	71.967	30.760
Vinculados a operações compromissadas	6	24.813	-
Vinculados à prestação de garantias	6/7	21.676	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	3.247	2.221
Relações interfinanceiras		17.996	22.635
Créditos vinculados		17.996	22.635
Operações de crédito		204.415	298.406
Operações de crédito - Setor privado	8	214.715	305.123
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(10.300)	(6.717)
Outros créditos		129.541	440.639
Carteira de câmbio	9	24.879	257.682
Negociação e intermediação de valores		4.797	22.286
Diversos	10	100.563	161.334
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(603)	(604)
(-) Provisão sem característica de concessão de crédito		(95)	(59)
Outros valores e bens		2.660	3.265
Despesas antecipadas		135	172
Outros valores e bens		2.525	3.093
Realizável a longo prazo		797.238	746.132
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		473.385	474.881
Carteira própria	6	145.036	192.633
Vinculados a operações compromissadas	6	290.685	162.234
Vinculados à prestação de garantias	6/7	37.664	120.014
Operações de crédito		277.977	237.760
Operações de crédito - Setor privado	8	291.986	243.101
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(14.009)	(5.341)
Outros créditos		45.876	33.491
Diversos	10	45.876	33.491

	Notas Explicativas	2019	2018
Ativo--Continuação			
Permanente		<u>74.114</u>	<u>113.134</u>
Investimentos		<u>66.335</u>	<u>104.970</u>
Participações em coligadas e controladas no País	11	63.783	102.892
Outros investimentos		2.804	2.330
(-) Provisões para Perdas		(252)	(252)
Imobilizado de uso		<u>1.846</u>	<u>2.485</u>
Imóveis de uso		957	957
Outras imobilizações de uso		7.116	8.034
(-) Depreciações acumuladas		(6.227)	(6.506)
Intangível		<u>5.933</u>	<u>5.679</u>
Ativos intangíveis	12	9.192	8.252
(-) Amortizações acumuladas	12	(3.259)	(2.573)
Total do ativo		<u><u>2.039.363</u></u>	<u><u>3.118.475</u></u>

	Notas Explicativas	2019	2018
Passivo			
Circulante		1.377.276	2.429.683
Depósitos		358.891	665.356
Depósitos à vista	13	139.296	159.956
Depósitos interfinanceiros	13	75.368	157.874
Depósitos a prazo	13	144.227	347.526
Captações no mercado aberto		867.120	1.195.042
Carteira própria	14	314.849	161.978
Carteira de terceiros	14	552.271	1.033.064
Recursos de aceites e emissão de títulos		29.602	65.932
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias	15	29.602	65.932
Relações interdependências e interfinanceiras		608	101.557
Correspondentes		608	636
Recursos em trânsito de terceiros		-	100.921
Obrigações por empréstimos e repasses		7.218	43.668
Obrigações em moeda estrangeira	15	-	35.197
Repasses no País - instituições oficiais	15	7.218	8.471
Outras obrigações		113.837	358.128
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1	1.827
Carteira de câmbio	9	13.123	251.841
Fiscais e previdenciárias	16a	11.621	26.297
Sociais e estatutárias	17b	681	-
Negociação e intermediação de valores		62.513	48.228
Diversas	16c	25.898	29.935
Exigível a longo prazo		452.787	470.058
Depósitos		293.344	362.696
Depósitos a prazo	13	293.344	362.696
Recursos de aceites e emissão de títulos		98.209	31.612
Recursos e letras imobiliárias, hipotecárias	15	98.209	31.612
Outras obrigações		61.234	75.750
Fiscais e previdenciárias	16a	26.694	42.352
Dívida Subordinada	16b	31.063	29.060
Diversas	16c	3.477	4.338
Patrimônio Líquido		209.300	218.734
Capital Social - Domiciliado no país	17	206.300	193.500
Aumento de capital		-	12.800
Reservas de lucros		1.218	9.077
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos		1.782	3.357
Total do passivo		2.039.363	3.118.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Notas Explicativas	2º semestre	Exercícios	
			2019	2018
Receitas de intermediação financeira		79.047	253.021	387.557
Operações de crédito	8h	27.531	62.805	67.639
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		32.157	84.299	126.077
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	(13.282)	(1.038)	(5.328)
Resultado com operações de câmbio		32.641	106.955	199.169
Despesas de intermediação financeira		(65.739)	(150.568)	(167.322)
Operações de captações	18	(40.670)	(112.199)	(143.577)
Operações de empréstimos e repasses		(15.015)	(24.304)	(20.922)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8e	(10.054)	(14.065)	(2.823)
Resultado bruto de intermediação financeira		13.308	102.453	220.235
Outras receitas (despesas) operacionais		(50.204)	(116.119)	(181.334)
Receitas de prestação de serviços	19	30.886	63.016	63.975
Despesas de pessoal	20	(36.040)	(76.795)	(65.743)
Despesas administrativas	21	(29.519)	(83.733)	(104.433)
Despesas tributárias		(5.887)	(14.791)	(17.479)
Resultado de participação em controlada	11	(6.799)	(870)	(4.275)
Outras receitas operacionais	22	17.189	31.369	23.314
Outras despesas operacionais	23	(20.034)	(34.315)	(76.693)
Resultado operacional		(36.896)	(13.666)	38.901
Resultado não operacional		1.362	1.935	(1.372)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(35.534)	(11.731)	37.529
Imposto de renda e contribuição social	24	17.842	12.170	(35.971)
Provisão para imposto de renda		4.185	(598)	(16.854)
Provisão para contribuição social		2.383	(42)	(14.167)
Ativo fiscal diferido		11.274	12.810	(4.950)
Participações estatutárias no lucro		-	(3.759)	(2.031)
(Prejuízo) do semestre/exercícios		(17.692)	(3.320)	(473)
Juros sobre capital próprio	17b	-	-	(15.107)
(Prejuízo) por lote de mil ações - R\$		(59,36)	(11,14)	(1,59)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital Social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste ao valor de mercado	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	177.000	16.500	9.109	15.548	1.855	220.012
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(473)
Transferência para aumento de capital	16.500	(16.500)	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	12.800	-	-	-	12.800
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(15.107)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	1.502	1.502
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	(32)	(15.548)	-	15.580
Saldos em 31 de dezembro de 2018	193.500	12.800	9.077	-	3.357	218.734
Mutações no Exercício	16.500	(3.700)	(32)	(15.548)	1.502	(1.278)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	193.500	12.800	9.077	-	3.357	218.734
Transferência para aumento de capital	12.800	(12.800)	-	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(3.320)
Reserva de Lucros (i)	-	-	719	13.654	-	14.373
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.539)	-	(4.539)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	(1.857)	(1.857)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos – Controlada	-	-	-	-	282	282
Realização de reservas	-	-	(8.578)	(9.115)	-	(14.373)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	206.300	-	1.218	-	1.782	209.300
Mutações no Exercício	12.800	(12.800)	(7.859)	-	(1.575)	(9.434)
Saldos em 30 de junho de 2019	206.300	-	9.795	13.654	4.558	234.307
Prejuízo do Semestre	-	-	-	-	-	(17.692)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.539)	-	(4.539)
Ajuste ao Valor de Mercado TVM e Derivativos	-	-	-	-	(2.867)	(2.867)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos - Controlada	-	-	-	-	91	91
Realização de reservas	-	-	(8.577)	(9.115)	-	17.692
Saldos em 31 de dezembro de 2019	206.300	-	1.218	-	1.782	209.300
Mutações no Semestre	-	-	(8.577)	(13.654)	(2.776)	(25.008)

(i) Constituição de reservas com lucro do 1º semestre/2019.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Exercícios		
	2º semestre	2019	2018
Lucro líquido ajustado do semestre/exercícios	(11.044)	(398)	11.734
(Prejuízo) do semestre/exercícios	(17.692)	(3.320)	(473)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	6.648	2.922	12.207
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8e)	10.054	14.065	2.823
Provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.274)	(12.810)	4.950
Depreciações e amortizações (nota 23)	414	1.140	1.164
Resultado de participação em controladas (nota 11)	6.799	870	4.275
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(58)	(128)	(139)
Outras atualizações monetárias	-	-	264
Reversão de provisão de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(352)	(1.950)	(3.528)
Reversões de depósitos judiciais	(52)	156	-
Provisões para contingências cíveis, fiscais, trabalhistas e outros (nota 23)	1.153	1.712	2.311
Provisão para fianças	(36)	(133)	87
Varição de ativos e passivos			
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	(302)	30.296
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(104.139)	(88.057)	(32.836)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(38.729)	(96.309)	(52.158)
Redução (aumento) em operações de crédito	(69.624)	39.709	(103.661)
Redução (aumento) em outros créditos	67.194	311.495	(148.081)
(Aumento) em outros valores e bens	(144)	605	(212)
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	(2.226)	(1.026)	(1.243)
Aumento (redução) em depósitos	(126.009)	(375.817)	72.206
(Redução) aumento em outras obrigações	(64.242)	(230.105)	77.480
(Redução) em obrigações fiscais e previdenciárias	(11.447)	(30.334)	-
(Redução) aumento de obrigações por operações compromissadas	217.853	(327.922)	230.636
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(142.557)	(798.461)	84.161
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado de uso	(39)	(430)	(664)
Aplicações no intangível	(286)	(1.031)	(1.454)
Alienações imobilizado	266	652	21
Alienações intangível	53	53	1.400
Aplicações em investimentos	(96)	(474)	(463)
Recebimento de dividendos	-	38.521	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(102)	37.291	(1.160)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital (nota 17a)	-	-	12.800
Juros sobre o capital próprio pago (nota 17b)	(4.539)	(4.539)	(15.107)
Aumento (redução) de obrigações por empréstimos e repasses	(2.872)	(36.450)	5.139
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	10.299	30.267	(8.686)
Aumento em dívida subordinada	968	2.003	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	3.856	(8.719)	(5.854)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(138.803)	(769.889)	77.147
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios (nota 4)	828.691	1.459.777	1.382.630
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios (nota 4)	689.888	689.888	1.459.777
	(138.803)	(769.889)	77.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Paulista (“Banco”) é uma sociedade de capital fechado, constituído sob a forma de banco múltiplo, tendo como objetivo a atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas de médio a grande porte, prestação de serviços e de estruturação de operações para venda e distribuição.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de sua controlada SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A. (“SOCOPA”) e demais empresas pertencentes aos controladores, sendo que a partir de 2020, com a reorganização societária envolvendo Banco e Socopa, conforme descrito na nota explicativa nº 31, a SOCOPA deixará de fazer parte desse contexto de conjunto de instituições.

Tendo em vista a relevância dos assuntos mencionados acima, a administração continua adotando medidas imediatas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional, como por exemplo, a adequação de sua estrutura organizacional, em função da descontinuidade da operação de câmbio, sob o risco de não tê-la caso não obtenha sucesso em suas medidas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

- a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e Banco Central do Brasil (“BACEN”) e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor, quais sejam:

	Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.434/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	4.636/18
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	07/12/12	IAS 13	4.748/19

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente e estas demonstrações foram aprovadas em 27 de julho de 2020.

- b) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.
- c) Para a conclusão das análises sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, faz-se necessário mencionar os seguintes fatos que, em sua maioria, já foram objeto de comentário quando da elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 30 de junho de 2019:
 - em 13 de abril de 2018 foi instaurado processo administrativo pelo Banco Central, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco, sendo que o procedimento se encontra em curso, não sendo de conhecimento, até o momento, manifestação ou de despacho da autoridade. Para 31 de dezembro de 2019 a assessoria jurídica do Banco relacionada com este processo se posicionou como não havendo informações suficientes para divulgar ou determinar se uma provisão para perdas seria requerida;
 - Em 8 de fevereiro de 2018 teve início o processo de fiscalização da Receita Federal do Brasil (RFB) culminando com a autuação do Banco no final de 2018, referente a IRPJ, CSLL e IRRF, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrado em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente (vide nota explicativa 16.a e 28.d);
 - Em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 61ª fase da “Operação Lava Jato”, denominada “Disfarces de Mamom”, na qual o Ministério Público Federal (“MPF”) e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio, relacionadas com integrantes do “Setor de Operações Estruturadas” do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Até a conclusão destas demonstrações contábeis não houve novo posicionamento ou requerimento por parte daquele órgão;

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

- Em dezembro de 2019, conforme nota explicativa 28.d, foi encerrada a fiscalização da RFB. Apesar de encerrada a fiscalização, em julho de 2020, a administração tomou conhecimento de auto de infração complementar, em que a receita Federal, por ter aplicado erroneamente a multa no auto original de dezembro de 2019, lavrou esse auto complementar, para o qual o Banco já tomou as providências para impugná-lo;
- Em julho de 2020 o BACEN aprovou reorganização societária envolvendo o Banco e a Socopa, conforme descrito na nota explicativa nº 31.

Considerando os acontecimentos descritos, a Administração destituiu e demitiu do Banco diretores e funcionários envolvidos nas denúncias, decidiu por constituir um Comitê de Investigação, composto pelo escritório Felsberg Advogados e por membros do Banco e membros independentes, para supervisionar e conduzir um processo investigativo, zelando pelo sigilo de todas as informações, documentos e relatórios produzidos pela equipe de investigação.

No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação.

Em suma, o relatório apresenta os seguintes dados:

- o objetivo foi o levantamento de informações acerca de operações específicas, realizadas entre Banco Paulista e terceiros, considerando todas as empresas constantes dos processos instaurados pelo MPF, Bacen e RFB, e compreendidas entre janeiro de 2007 e maio de 2019;
- foram analisados os documentos pertinentes, incluindo mensagens eletrônicas, propostas financeiras, contratos, pareceres, relatórios, acesso pelas catracas ao Condomínio onde está localizada a sede do Banco, entre outros;
- foi realizada coleta Forense permitindo a recuperação e análise de quantidades substanciais de dados de diversas fontes de dados eletrônicos, incluindo computadores pessoais, servidores, telefones celulares, dentre outras, bem como a análise de delação em massa;
- foi realizada análise contábil e financeira com identificação dos montantes pagos às principais entidades envolvidas e comparação com as alegações do MPF;

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

- também foram realizadas entrevistas com funcionários-chave que faziam parte do quadro à época, de acordo com seu potencial participação nos casos analisados, além de considerados para fins de *background check* as Pessoas Jurídicas e Físicas relacionadas.

O relatório, ainda, retrata que durante o processo investigativo, foi possível constatar que uma série de medidas mitigativas foram adotadas pelo Banco, como por exemplo:

- revisão do sistema de governança;
- criação de um Canal de Ética;
- contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar os departamentos;
- sistema de monitoramento de transações; e
- novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

Vale ressaltar que com a emissão do Relatório Final da investigação, abrangendo o rol de empresas denunciadas, não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que foram objeto do auto de infração mencionado na nota explicativa 16.a, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão específica, restringida ao departamento de câmbio estando amparado pela investigação independente e seus assessores jurídicos.

Mesmo com a conclusão do processo investigativo, a Administração continua empenhada e avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar providências adicionais e esclarece que não foi objeto de novas investigações ou denúncias na medida em que nada de novo ocorreu.

O Banco reafirma seu comprometimento com a sociedade, clientes e autoridades e, para tanto, a nova Administração mantém seu foco na adoção de providências austeras, em especial medidas de fortalecimento da Governança e de *Compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Títulos disponíveis para a venda: representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Títulos mantidos até o vencimento: referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de *swap* são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- *Operações de futuros* - os valores dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- *Operações a termo* - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- *Operações de swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

e) Operações de crédito e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito (empréstimos e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso, observada a expectativa do recebimento.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito com vencimento igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para as operações com prazo superior a 36 meses o Banco se utiliza da prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução nº 2.682/99 para determinação do nível de risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota 9.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

g) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em função da reorganização societária envolvendo o Banco e sua subsidiária integral SOCOPA conforme descrito nota 31, as Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de forma individualizada.

Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

h) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

i) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

j) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Correntes

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% foi calculada até agosto de 2015. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota da contribuição social foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Com o advento da Emenda Constitucional nº 103, Art. 32, a alíquota da CSLL a partir de março de 2020 passará a vigorar para os Bancos sob a alíquota de 20%.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Diferidos

Os tributos diferidos foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os tributos diferidos são calculados sobre adições, exclusões ou resultados temporários a serem realizados quando da utilização e/ou reversão das bases de constituição, sendo baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

k) Operações de câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base pro rata dia), as variações cambiais auferidas, e constituição de perdas estimadas, quando aplicável, nos termos da Resolução nº 2.682/99. Estas operações foram descontinuadas durante o 2º semestre de 2019 conforme descritos na nota explicativa nº 1.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

m) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados “pro-rata” dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

n) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades - Em moeda nacional	25.140	174.490
Disponibilidades - Em moeda estrangeira	1.350	163.542
Aplicações no mercado aberto (nota 5a)	663.398	1.121.745
Caixa e equivalentes de caixa	<u>689.888</u>	<u>1.459.777</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações no mercado aberto

	<u>2019</u>		<u>2018</u>
	<u>1 a 30 dias</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Aplicações no mercado aberto			
Posição bancada:	111.127	111.127	88.681
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	3.560
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.400	13.400	70.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	97.727	97.727	15.121
Posição financiada:	552.271	552.271	1.033.064
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	998.186
Notas do Tesouro Nacional - NTN	552.271	552.271	34.878
Total	<u>663.398</u>	<u>663.398</u>	<u>1.121.745</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 50.919 (R\$ 75.992 em 2018).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Vencimento até 90 dias	1.808	1.506
Total	<u>1.808</u>	<u>1.506</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a renda com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 21 (R\$ 734 em 2018).

6. Títulos e valores mobiliários

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Custo (i)</u>	<u>Mercado (ii)</u>	<u>Custo (i)</u>	<u>Mercado (ii)</u>
Títulos para negociação				
Carteira própria - livres	26.351	28.020	29.268	30.760
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	272	272	967	967
Letras do Tesouro Nacional - LTN	400	400	372	375
Notas do Tesouro Nacional - NTN	469	581	597	615
Títulos da Dívida Agrária - TDA	133	109	4	3
Cotas de Fundos de Investimento	9.917	9.917	12.558	12.558
Certificado de Recebíveis do Agronegócio -				
CRA	9.580	9.580	4.492	4.492
Ações de Companhias Abertas	635	2.216	1.251	2.723
Aplicações em TVM no exterior	1.720	1.720	9.027	9.027
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.225	3.225	-	-
Vinculados a operações compromissadas	5.192	5.192	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.192	5.192	-	-
Total de títulos para negociação	31.543	33.212	29.268	30.760
Títulos disponíveis para venda				
Carteira própria - livres	187.312	188.983	192.576	192.633
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	155.194	155.210	169.235	169.263
Letras do Tesouro Nacional - LTN	258	260	241	242
Notas do Tesouro Nacional - NTN	23.778	25.448	671	698
Títulos da Dívida Agrária - TDA	99	82	24	19
Cotas de Fundos de Investimento	7.983	7.983	22.405	22.411
Vinculados a operações compromissadas	310.201	310.306	162.211	162.234
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	310.201	310.306	162.211	162.234
Vinculados à prestação de garantias	59.344	59.340	119.992	120.014
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	44.671	44.667	106.020	106.042
Cotas de Fundos de Investimento	14.673	14.673	13.972	13.972
Total de títulos disponíveis para venda	556.857	558.629	474.779	474.881
Total	588.400	591.841	504.047	505.641

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

(i) Valor de custo

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço; para as ações, considera-se o custo de aquisição.

(ii) Valor de mercado

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações e as debêntures são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na Bolsa de Valores. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As cotas de Fundos são atualizadas pelo valor da cota divulgado pelo Administrador.

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por vencimento

	2019					Total	2018
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos		
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	5.339	125	5.464	967
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	400	-	-	-	400	375
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	581	581	615
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	-	-	1	108	109	3
Cotas de Fundo de Investimento	9.917	-	-	-	-	9.917	12.558
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	3.699	5.881	9.580	4.492
Ações de Companhias Abertas	2.216	-	-	-	-	2.216	2.723
Aplicações em TVM no exterior	-	1.720	-	-	-	1.720	9.027
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	3.225	3.225	-
Total de títulos para negociação (i)	12.133	2.120	-	9.039	9.920	33.212	30.760
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.874	60.453	188.228	259.628	510.183	437.539
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	260	-	-	260	242
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	718	24.730	25.448	698
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	-	1	1	80	82	19
Cotas de Fundo de Investimento	22.656	-	-	-	-	22.656	36.383
Total de títulos disponíveis para venda (i)	22.656	1.874	60.714	188.947	284.438	558.629	474.881
Total	34.789	3.994	60.714	197.986	294.358	591.841	505.641

- (i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a renda com aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 33.359 (R\$ 49.351 em 2018).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados e as cotas de Fundos, na B3.

Não houve reclassificação de categoria de títulos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam prioritariamente a administrar a sua exposição global de risco.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos com as contrapartes é precedida de uma avaliação dos riscos de crédito envolvidos.

Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, incluído os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

	2019				2018			
	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido
Termos (NDF)	71.494	3.247	-	3.247	321.366	2.221	-	2.221
Total	71.494	3.247	-	3.247	321.366	2.221	-	2.221

a) Composição analítica das operações

Descrição	Valor referencial (em reais)	Valor patrimonial a receber / (a pagar)
Termo		
USD x XAU	23.529	22
Real x USD	47.965	3.215
Total	71.494	3.237

b) Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

Descrição	2019				2018
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Contratos a termo – NDF	-	3.247	-	3.247	2.221

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, são utilizadas técnicas de precificação.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

O Banco possui operações de instrumentos financeiros derivativos efetuadas no mercado futuro - B3, tais operações são exclusivamente atreladas a índices futuros de moedas estrangeiras e possuem em 31 de dezembro de 2019, o valor referencial de R\$ 94.577 (R\$ 300.176 em 2018), tendo sido apurado um ajuste a receber de R\$ 348 (em 2018 a receber R\$ 779).

Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na B3. Os contratos futuros de DI e de moedas estrangeiras são utilizados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descasamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.693	37.581
Cotas de Fundos	1.360	25.979
	<u>17.053</u>	<u>63.560</u>

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão demonstrados a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Futuros	(1.185)	(15.719)
Operações a termo - NDF	147	10.391
	<u>(1.038)</u>	<u>(5.328)</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

8. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:

a) Por tipo de operação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações de crédito:		
Empréstimos e títulos descontados	292.411	412.260
Financiamentos - Cédulas de crédito à exportação	<u>214.290</u>	<u>135.964</u>
	506.701	548.224
Outros créditos:		
Direitos creditórios sem coobrigação (nota 10)	60.325	72.175
	<u>60.325</u>	<u>72.175</u>
Total das operações de crédito	<u>567.026</u>	<u>620.399</u>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(24.309)	(12.058)
Perdas estimadas com outros créditos de liquidação duvidosa	<u>(603)</u>	<u>(604)</u>
Total das perdas estimadas com créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	<u>(24.912)</u>	<u>(12.662)</u>
	<u>542.114</u>	<u>607.737</u>

b) Por setor de atividade

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Setor privado		
Indústria	133.076	172.998
Comércio	236.663	184.371
Serviços	188.396	244.532
Pessoas físicas	<u>8.891</u>	<u>18.498</u>
Total	<u>567.026</u>	<u>620.399</u>

c) Por faixa de vencimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Parcelas vencidas	26.077	4.709
Parcelas vincendas		
até 90 dias	75.741	92.000
de 91 dias a 180 dias	78.864	138.688
de 181 dias a 360 dias	94.358	141.901
acima de 360 dias	<u>291.986</u>	<u>243.101</u>
Total	<u>567.026</u>	<u>620.399</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	Saldos da carteira					
	2019				2018	
	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
A	52.121	-	52.121	9,19	35.739	5,76
B	443.556	-	443.556	78,23	479.686	77,32
C	38.043	-	38.043	6,71	91.628	14,77
D	3.106	1.420	4.526	0,80	2.724	0,44
E	4.122	-	4.122	0,73	7.497	1,21
F	-	14.531	14.531	2,56	1.078	0,17
G	-	21	21	-	563	0,09
H	1	10.105	10.106	1,78	1.484	0,24
	540.949	26.077	567.026	100,00	620.399	100,00

Nível	Provisão						
	2019				2018		
	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
A	0,5	261	-	261	1,05	178	1,41
B	1,0	4.435	-	4.435	17,80	4.797	37,89
C	3,0	1.141	-	1.141	4,58	2.749	21,70
D	10,0	311	142	453	1,82	272	2,16
E	30,0	1.236	-	1.236	4,96	2.249	17,76
F	50,0	-	7.265	7.265	29,16	539	4,26
G	70,0	-	15	15	0,06	394	3,10
H	100,0	1	10.105	10.106	40,57	1.484	11,72
		7.385	17.527	24.912	100,00	12.662	100,00

e) Movimentação da estimativa com perdas com créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo no início do exercício	12.662	10.248
Constituições líquidas	14.065	2.823
Baixas de créditos contra prejuízo	(1.815)	(409)
Saldo no final do exercício	24.912	12.662

f) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizam R\$ 7.562 (R\$ 8.271, em 2018).

Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizam R\$ 1.229 (R\$ 2.097, em 2018).

g) Cessões de crédito

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

h) Rendas com operações de crédito

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimos e títulos descontados	45.284	49.036
Financiamentos	16.180	16.337
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.229	2.097
Adiantamentos a depositantes	112	169
Total do resultado com operações de crédito	<u>62.805</u>	<u>67.639</u>

9. Carteira de câmbio

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo		
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	18.909	144.804
Direitos sobre venda de câmbio	5.970	113.101
Adiantamentos em moeda estrangeira e nacional recebidos	-	(223)
	<u>24.879</u>	<u>257.682</u>
Passivo		
Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	13.123	107.827
Obrigações por compra de câmbio	-	144.014
	<u>13.123</u>	<u>251.841</u>

10. Outros créditos - diversos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Impostos a compensar (i)	35.355	22.980
Créditos tributários (nota 24b)	2.250	3.230
Devedores diversos no país (ii)	725	61.706
Devedores por depósito em garantia (nota 28b)	1.641	902
Títulos e créditos a receber (iii)	60.325	72.175
Outros	267	341
	<u>100.563</u>	<u>161.334</u>
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários (nota 24b)	31.729	22.759
Devedores por depósito em garantia (nota 28b)	4.352	4.286
Títulos e créditos a receber	9.770	6.421
Outros	25	25
	<u>45.876</u>	<u>33.491</u>

(i) Antecipações de IR/CS de exercícios anteriores não compensados;

(ii) Recursos antecipados de Câmbio;

(iii) Inclui o montante de R\$ 60.325 (R\$ 72.175 em 2018) relativo a Direitos Creditórios sem cobrança (nota 8a);

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

11. Investimentos em controladas e coligadas

Refere-se, substancialmente, a participação na controlada SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A.

As principais informações sobre a controlada são as seguintes:

	2019	2018
Quantidade de ações possuídas	3.200	3.200
Capital social	66.000	66.000
Patrimônio líquido inicial	102.892	106.749
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e derivativos	282	418
Dividendos	(38.521)	-
Prejuízo do exercício	(870)	(4.275)
Percentual de participação	100%	100%
Patrimônio líquido final	63.783	102.892
Resultado de Equivalência Patrimonial	(870)	(4.275)

12. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	Custo	Amortização	31/12/2019	31/12/2018
Software	20%	5.192	(3.259)	1.933	1.679
Outros intangíveis (*)	-	4.000	-	4.000	4.000
	-	9.192	(3.259)	5.933	5.679

(*) Referente à compra de marcas, domínio e endereços eletrônicos, manuais e procedimentos, incluindo todos os direitos autorais para a exploração de novo produto.

13. Depósitos

a) Por prazo de vencimento:

	2019				2018
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
A vista - Moeda nacional	139.260	-	-	-	139.260
A vista - Moeda estrangeira	36	-	-	-	36
Interfinanceiros	-	75.368	-	-	75.368
A prazo	-	30.178	114.049	293.344	437.571
	139.296	105.546	114.049	293.344	652.235

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com “Depósitos” foram de R\$ 48.126 (R\$ 54.000 em 2018) e as despesas com o “Fundo Garantidor de Crédito” foram de R\$ 971 (R\$ 1.055 em 2018). (nota 18)

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

b) Taxa média praticada:

	2019		2018	
	Pré	Pós	Pré	Pós
Interfinanceiros	n/a	99,02	n/a	99,05
A prazo	9,77	109,10	6,88	110,12

14. Captações no mercado aberto

	2019		2018
	De 1 a 30 dias	Total	Total
Carteira própria			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (nota 25)	314.849	314.849	161.978
	314.849	314.849	161.978
Carteira de terceiros			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	998.186
Notas do Tesouro Nacional - NTN	552.271	552.271	34.878
	552.271	552.271	1.033.064
			4
Total	867.120	867.120	1.195.042

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com “Captações no Mercado aberto” foram de R\$ 54.576 (R\$ 79.340 em 2018). (nota 18).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

15. Obrigações por empréstimos e repasses e Recursos de aceites e emissão de títulos

	2019						2018
	Sem vencimento	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Obrigações por empréstimos							
Empréstimos no exterior (i)	-	-	-	-	-	-	35.197
Obrigações por repasses							
Repasses do país - Instituições Oficiais (ii)	7.218	-	-	-	-	7.218	8.471
Recursos de aceites e emissão de títulos							
Obrigações por emissões de Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (iii)	-	9.695	6.056	13.851	64.204	93.806	75.845
Obrigações por emissões de Letras de Créditos Imobiliários - LCI (iv)	-	-	-	-	32.928	32.928	20.691
Obrigações por emissões de Letras Financeiras (v)	-	-	-	-	1.077	1.077	1.008
	7.218	9.695	6.056	13.851	98.209	135.029	141.212

- (i) Os empréstimos no exterior são efetuados com intuito de terem seus recursos destinados a aplicações em operações de câmbio, estão sujeitos a taxas de juros prefixadas. A taxa praticada foi de 4,5% a 4,75% ao ano, dependendo dos volumes, prazos e condições de mercado;
- (ii) Repasses do país referem-se a recursos oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH;
- (iii) Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). A taxa praticada foi entre 95% a 100% do CDI;
- (iv) Referem-se as Letras de Créditos Imobiliários com o acionista majoritário do Banco (nota 25);
- (v) Referem-se as Letras Financeiras (LF). A taxa praticada foi de 115,50% do CDI com vencimento em 08/11/2021 (nota 25)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com "Recursos de Aceites e emissão de Títulos" foram de R\$ 6.453 (R\$ 5.762 em 2018). (nota 18 e 25)

16. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher (i)	11.621	14.835
Impostos e contribuições sobre os lucros	-	11.462
	11.621	26.297
Exigível a longo prazo		
Impostos e contribuições a recolher (i)	26.694	36.293
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 24b)	-	6.059
	26.694	42.352

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

(i) Referem-se a autos de infração de IRPJ, CSLL e IRRF, no valor de R\$ 43.528, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrados em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento em 60 meses formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente.

b) Dívidas subordinadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Exigível a longo prazo		
Dívidas subordinadas elegíveis à capital (i) (nota 25)	31.063	29.060
	31.063	29.060

(i) Referem-se a Letras Financeiras, com cláusulas de subordinação, correspondente aos instrumentos elegíveis ao Nível II autorizados em conformidade com a Resolução nº 4.192/13, com prazo total de 6 anos. A taxa remuneratória desta operação é de 115,00% do CDI.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com “Dívidas Subordinadas” foram de R\$ 2.073 (R\$ 3.420 em 2018). (nota 18)

c) Diversas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Provisões para pagamentos a efetuar (i) (nota 22)	5.983	11.522
Provisões para fianças prestadas (nota 27)	814	681
Pendências a regularizar - Câmbio	18.719	15.406
Corretagens a creditar - Câmbio	-	2.100
Encargos sobre recursos recebidos - PSH	9	9
Outros valores a pagar	373	217
	25.898	29.935
Exigível a longo prazo		
Provisões para pagamentos a efetuar	60	106
Provisões para passivos contingentes (nota 28b)	3.417	4.232
	3.477	4.338

(i) Substancialmente, refere-se à Reversão de Provisões com multas CVM no montante R\$ 4.002. O Banco atuava como agente custodiante de diversos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCS), administrados pela SOCOPA, até o exercício de 2017, quando esta atividade passou a ser executada pela SOCOPA. Como custodiante destes fundos de investimento, o Banco era responsável pela elaboração e envio das suas demonstrações contábeis à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Administração decidiu por reconhecer essas multas somente quando for notificada pela CVM, realizando, assim, a reversão da provisão.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2018 foi deliberada a elevação do Capital Social de R\$ 193.500 para R\$ 206.300, com integralização em dinheiro pelos acionistas no montante de R\$ 12.800, correspondentes à emissão de 6.400.000 ações ordinárias e 6.400.000 ações preferencias, sem valor nominal, todas nominativas. Esse aumento foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social totalmente subscrito e integralizado de R\$ 206.300 (R\$ 193.500 em 2018), é representado por 298.031.760 ações nominativas (298.031.760 em 2018), sem valor nominal, divididas em 149.015.880 (149.015.880 em 2018) ações ordinárias e 149.015.880 (149.015.880 em 2018) ações preferenciais.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. No exercício de 2019, com base no resultado intermediário apurado no balancete de novembro de 2019, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 4.539 (R\$ 15.107 em 2018).

c) Reservas de lucros e prejuízos acumulados

Conforme Resolução nº 3.605/08, o lucro apurado e não distribuído no exercício deve ser destinado à conta de reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2019 o prejuízo auferido no exercício foi de R\$ 3.320 (prejuízo de R\$ 473 em 2018).

d) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado. Em dezembro de 2019, R\$ 8.578 foram utilizados para absorção do prejuízo do exercício, remanescendo o saldo de R\$ 1.218

e) Reserva estatutária

O lucro remanescente, após destinação da Reserva Legal e do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, foi utilizado em sua totalidade para absorção do prejuízo do exercício, no montante de R\$ 9.115.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

18. Despesas de captação no mercado

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos a prazo (nota 13)	38.115	43.450
Captações no mercado aberto (nota 14)	54.576	79.340
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC (nota 13)	971	1.055
Depósitos interfinanceiros (nota 13)	7.206	10.307
Letras financeiras (nota 16b e 25)	2.073	3.420
Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (nota 15 e 25)	4.401	4.044
Letras de Créditos Imobiliários - LCI (nota 15 e 25)	2.052	1.718
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras	2.805	243
	<u>112.199</u>	<u>143.577</u>

19. Receitas de prestação de serviços

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Tarifas de operações de câmbio	2.310	6.638
Tarifas de serviços bancários	59.292	55.830
Serviços de custódia	1.073	810
Tarifa de administração de fundos de investimento	-	215
Outros serviços	341	482
	<u>63.016</u>	<u>63.975</u>

20. Despesas de pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Proventos	36.167	27.893
Encargos sociais	17.200	15.165
Benefícios	7.400	7.410
Honorários	14.936	13.976
Treinamentos	1.011	1.215
Remuneração de estagiários	81	84
	<u>76.795</u>	<u>65.743</u>

21. Despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Transportes de numerários - Câmbio	27.812	57.730
Transportes de numerários - Outros	1.580	2.051
Serviços técnicos especializados	20.797	14.373
Processamento de dados	13.977	10.633
Aluguéis	3.331	3.571
Sistema financeiro	7.539	6.030
Comunicações	1.424	1.181
Serviços de terceiros	970	1.218
Emolumentos cartorários	1.129	1.340
Serviços de vigilância e segurança	236	227
Materiais	221	263
Propaganda e publicidade	49	93
Outras	4.668	5.723
	<u>83.733</u>	<u>104.433</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

22. Outras receitas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendas de garantias prestadas	400	308
Variações monetárias ativas	1.947	4.696
Juros sobre precatórios do tesouro nacional	2.347	1.680
Cessão de precatórios (i)	5.243	-
Variações monetárias sobre depósitos judiciais	128	139
Variações monetárias sobre garantias	-	107
Ajuste de marcação a mercado (ii)	2.983	-
Recuperação de encargos e despesas	1.447	1.385
Reversão de provisões para riscos trabalhistas	362	1.343
Reversão de provisões para riscos cíveis	112	3.225
Reversão de provisões para riscos fiscais	1.476	-
Reversão de provisões de processo RFB - Juros	1.771	-
Reversão de provisão indedutível (iii)	4.002	1.243
Reversão de provisões de fianças	2	48
Juros sobre capital - Ações	39	71
Receitas de verbas indenizatórias previdenciárias	2	1.031
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras	6.789	7.030
Variações cambiais com empréstimos no exterior	2.078	68
Outras	241	940
	<u>31.369</u>	<u>23.314</u>

- (i) Refere-se ao resultado com operações de aquisição de precatórios públicos (Federal, Estadual e Municipal) – ver nota 10;
- (ii) Reconhecimento de receita com valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda que estava contabilizada no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, sendo que tais títulos já haviam sido negociados;
- (iii) Reversão de multas com a CVM, conforme nota 16c.

23. Outras despesas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Consultorias para operações de crédito	8.664	13.336
Despesas com operações de ouro	1.333	2.318
Provisão para perdas com clientes	33	1.057
Despesas com recuperações de contratos de CDC	2.073	2.475
Variação cambial	735	-
Cartão pré-pago	704	780
Amortizações e depreciações	1.140	1.164
Tarifas interbancárias	242	694
Despesas financeiras - PSH	536	550
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	56	89
Contingências - Judiciais e legais	1.656	2.223
Provisão para honorários advocatícios	21	161
Despesas do auto de infração da Receita Federal (i) (nota 16a)	975	43.528
Comissões sobre contratos de financiamentos	26	22
Assessoria financeira - Câmbio fácil	-	92
Provisão sobre fianças prestadas	137	135
Outras Despesas – Controladorias de fundos	502	-
Despesas jurídicas (i)	3.937	-
Prejuízo com encerramento de atividades operacionais	10.293	-
Reversão de Impostos a compensar	-	713
Despesas de descontos concedidos em renegociações	-	4.606
Despesas com atualizações de precatórios	54	1.964
Outras	1.198	786
	<u>34.315</u>	<u>76.693</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

- (i) Em 2018, referem-se a autos de infração de IRPJ, CSLL e IRRF vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrados em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente;
- (ii) Reconhecimento de prejuízo decorrente de saldos remanescentes de operações de câmbio registradas na rubrica de outras despesas operacionais, as quais a administração julgou como tendo sido liquidadas.

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Conciliação das despesas das provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	(11.731)	37.529
(-) Juros sobre capital próprio (nota 17b)	-	(15.107)
(-) Participações nos lucros	(3.759)	(2.031)
Resultado antes da tributação e depois das participações	(15.490)	20.391
Adições e exclusões temporárias	16.409	9.349
Ajuste ao mercado de títulos e valores mobiliários	3.821	573
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8e)	14.065	2.823
Provisão para riscos fiscais (nota 28b.3)	(2.216)	5.580
Outras adições e exclusões temporárias (nota 23)	739	373
Adições e exclusões permanentes	4.346	41.093
Equivalência patrimonial da controlada (nota 11)	870	4.275
Outras adições e exclusões permanentes	3.476	36.818
Base de cálculo	5.265	70.833
Imposto de renda / Contribuição social	2.083	31.851
Deduções - Incentivos fiscais	(1.443)	(830)
Imposto de renda e contribuição social	640	31.021
Ativo fiscal diferido (i)	(12.810)	4.950
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.170)	35.971

(i) Em 2019 foi reconhecido no resultado a constituição da majoração da CSLL de 5% e a constituição de créditos tributários de períodos anteriores no montante de R\$ 3.467.

b) Créditos tributários

As bases de constituição do crédito tributário estão demonstradas abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão para perdas esperadas	58.985	32.214
Provisão para riscos fiscais e contingências	10.788	12.265
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	(1.798)	(8.715)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	7.532	7.533
Outras	-	6.528
	75.507	49.825

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	31/12/2017	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2018
Perdas esperadas com operações de crédito (ii)	18.357	1.129	(2.023)	17.463
Provisão para riscos fiscais e contingências	6.030	-	(4.064)	1.966
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	923	-	(422)	501
Total dos Créditos Tributários (*)	25.310	1.129	(6.509)	19.930

	31/12/2018	Constituição	Realização/ Reversão	Reclassificação (i)	31/12/2019
Perdas esperadas com operações de crédito (ii)	17.463	12.288	(532)	(2.675)	26.544
Provisão para riscos fiscais e contingências	1.966	1.006	(1.826)	3.708	4.854
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	501	3.992	(879)	(4.423)	(809)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	-	-	-	3.390	3.390
Total dos Créditos Tributários (*)	19.930	17.286	(3.237)	-	33.979

(i) Em 2019 ocorreram reclassificações entre linhas, sem impacto no resultado, para melhor aderência da informação.

(ii) Do saldo de provisão para perdas esperadas, R\$ 14.332 é representado por crédito tributário sobre operações baixadas para prejuízo.

(*) Os créditos tributários são compostos dos seguintes valores:

	2019	2018
Outros créditos diversos - Créditos tributários (nota 10)	33.979	25.989
Outras obrigações - Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 16a)	-	(6.059)
Total dos Créditos Tributários	33.979	19.930

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

Não existem outros créditos tributários a serem reconhecidos.

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 25.294 tendo sido utilizadas as taxas do CDI/B3 apuradas para os respectivos períodos. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, que contemplam os desenvolvimentos do plano de negócios, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	26.540
Provisão para riscos fiscais e para contingências	-	-	1.618	1.618	1.618	-	-	-	-	-	4.854
Ajuste a valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	(405)	(405)	-	-	-	-	-	-	-	-	(810)
Outros	629	1.469	1.297	-	-	-	-	-	-	-	3.395
Total	2.878	3.718	5.569	4.272	4.272	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	33.979
Valor Presente	2.756	3.365	4.717	3.380	3.149	1.821	1.695	1.579	1.466	1.366	25.294

25. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2019	2018	2019	2018
Depósitos à vista	(15.054)	(11.025)	-	-
Disponibilidade em moedas estrangeiras	-	(273)	-	-
Depósitos a prazo	(84.836)	(133.257)	(7.442)	(26.021)
Depósitos interfinanceiros	(60.136)	(151.422)	(6.548)	(8.440)
Captações no mercado aberto (nota 14)	(54.001)	(18.942)	(1.987)	(1.688)
Devedores - Conta liquidações pendentes	(1.066)	779	-	-
Letra financeira - Dívida subordinada (nota 16b)	(31.063)	(29.060)	(2.003)	(3.420)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI (nota 15 e 18)	(32.928)	(20.691)	(2.052)	(1.718)
Letra de Créditos Agronegócio - LCA (nota 15 e 18)	(91.509)	(72.449)	(4.240)	(3.846)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	2019	2018
Remuneração fixa	14.936	13.975
Encargos sociais	3.361	3.144
Total	18.297	17.119

O Banco não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

26. Gerenciamento de riscos

Apetite de Risco

A Diretoria é a responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Riscos e Controles e do Chief Risk Officer (CRO).

Os limites de apetite de risco são monitorados frequentemente e reportados ao Comitê de Riscos e Controles e a Diretoria que orientaram a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do Banco e Socopa.

Há uma estrutura de gestão e controle dos riscos centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar os riscos.

O Banco utiliza três componentes para a organização das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos: contexto operacional e de negócio; estrutura de governança; e organograma funcional das áreas.

- Contexto operacional e de negócio, com o objetivo de identificar, analisar, avaliar, tratar, comunicar e monitorar riscos;
- Estrutura de governança, composta por comitês e fóruns colegiados, especializados e com agenda periódica, com formalização das decisões relevantes; e
- Estrutura organizacional, que tem por base a definição de atribuições específicas, que asseguram segregação e independência de funções.

O Banco adota um gerenciamento integrado de riscos, das necessidades mínimas de capital e da capacidade financeira da instituição. Os riscos são decompostos segundo sua natureza: de liquidez; de crédito; de mercado; operacional; e gestão de capital.

Tipos de Riscos:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez tem origem da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e define o volume de 'colchão' de segurança, ou liquidez mínima, que deve ser constituído e mantido pela Instituição.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo o provimento de *funding* e a gestão das aplicações e captações nos horizontes de curto e de longo prazos. No horizonte de curto prazo, é priorizada a diversificação de fontes de captação. No horizonte de longo prazo, é priorizado o casamento temporal entre captações e aplicações. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito tem origem na perda do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e o *rating* de crédito de seus clientes e contrapartes, estabelecendo limites e constituindo garantias para fazer frente e permitir a cobertura das eventuais perdas potenciais pela Instituição.

O gerenciamento do risco de crédito tem por objetivo a prévia avaliação do grau de risco, o acompanhamento da diversificação e a constituição suficiente de garantias, que possibilitem a minimização de perdas financeiras incorridas pela Instituição. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

c) Risco de Mercado

O risco de mercado tem origem na possibilidade de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela instituição financeira. Essas perdas podem ser sujeitas à paridades cambiais, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O gerenciamento de riscos busca balancear seus objetivos de negócio, na carteira *Banking* e *Trading*, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira e a capacidade de atuar em mercados específicos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

d) Risco Operacional

O risco operacional tem origem em fraudes, internas ou externas, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição e as falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação. Para fazer frente a este risco, o Banco compila e categoriza periodicamente estes eventos, monitorando a eficácia dos planos de melhoria adotados para minimizar a sua recorrência.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

O gerenciamento do risco operacional tem por objetivo a captura organizada de informações sobre as fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e a adoção de planos de melhoria correspondentes. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

e) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital conta com processo prospectivo para o monitoramento e o controle do capital da Instituição, incluindo o planejamento e a projeção de metas de necessidade de capital, consistentemente com o plano orçamentário e as metas e estratégias comerciais e de negócio, para a cobertura dos riscos decorrentes.

Por capital deve-se entender o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, subdividindo-se em Nível I (Capital Principal e Capital Complementar) e Nível II (Instrumentos Híbridos), e que foram enquadrados e autorizados pelo BACEN especificamente para este fim, e que possibilitem a absorção dos riscos e a apuração e a observância dos índices e limites de alavancagem exigidos. As práticas adotadas estão aderentes à Resolução 4.557/17 do CMN.

27. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, incluindo as coobrigações sobre créditos cedidos, em 31 de dezembro de 2019, correspondiam a R\$ 25.222 (R\$ 23.027 em 2018), com provisão constituída para possíveis perdas, no montante de R\$ 814 (R\$ 681 em 2018).

28. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não existem ativos contingentes contabilizados.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

b.1) Provisões trabalhistas

São compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

b.2) Provisões cíveis

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de CDC sendo danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. Para os processos relacionados a operações de CDC, cujos valores não são individualmente relevantes, o provisionamento é efetuado com base na média histórica de perdas relativas aos processos encerrados. A média histórica de perdas é revisada a cada seis meses. Para os demais processos cíveis, são efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

b.3) Provisões fiscais e previdenciárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pela Emenda Constitucional 10/96, que visa assegurar (i) o direito ao recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculada à mesma alíquota aplicável as demais empresas não pertencentes ao seguimento financeiro; e (ii) afastar a exigência da CSLL sobre os lucros calculada à alíquota de 30% no período compreendido entre 01/01/1996 e 07/06/1996, durante o qual a empresa calculou e recolheu a CSLL à alíquota de 18% com base na Lei nº 9.249/95.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas nos exercícios, estão a seguir apresentadas:

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2019	2018
Saldo no início do exercício	571	995	2.666	4.232	5.719
Constituições	726	931	-	1.657	2.311
Realizações	(130)	(469)	-	(599)	(431)
Atualizações	-	-	56	56	-
Reversões	(362)	(112)	(1.476)	(1.950)	(3.528)
Honorários	-	21	-	21	161
Saldo no final do exercício	805	1.366	1.246	3.417	4.232

Depósitos judiciais						
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros	2019	2018
Saldo no início do exercício	80	895	4.206	7	5.188	11.395
Atualizações	-	-	128	-	128	(125)
Constituições	29	548	-	546	1.123	411
Reversões	(17)	(95)	(44)	-	(156)	(181)
Levantamentos	(29)	(256)	-	(5)	(290)	(6.312)
Saldo no final do exercício	63	1.092	4.290	548	5.993	5.188

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2019 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 17 processos (20 processos em 2018) de natureza cível que somam R\$ 8.052 (R\$ 8.225 em 2018), e 19 processos (7 processos em 2018) de natureza trabalhista que somam R\$ 2.690 (R\$ 795 em 2018) e 14 processos (14 processo em 2018) de natureza fiscal que somam R\$ 4.633 (R\$ 2.527 em 2018), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda) e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras;
- Ações trabalhistas.

Além dos processos citados acima, em dezembro de 2019, a Receita Federal lavrou Auto de Infração relativo à glosa de despesas administrativas na apuração de IRPJ, CSLL e IRRF no montante de R\$ 32.761, as quais foram avaliadas com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco. No mesmo Auto, a fiscalização também glosou despesas no montante R\$ 62.413, para as quais a avaliação de probabilidade de perda é remota, amparada por dois pareceres de assessores jurídicos, bem como pelo resultado da investigação independente descrita na nota explicativa 2.d, que não identificou irregularidades para estas despesas. Para ambos os casos, houve ingresso com processo de impugnação pelo Banco.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

d) Órgãos reguladores

Há um processo administrativo, aberto em 13 de abril de 2018, em curso no Banco Central em fase inicial, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco, o qual, conforme nota explicativa nº 2.d e ainda não é possível determinar seu estágio e necessidade de reconhecimento de eventuais provisões.

29. Limites operacionais

O Patrimônio de Referência Exigido - PRE, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

RWA e Índice Basileia	31/12/2019	31/12/2018
PR	198.571	218.965
PR nível I	192.358	201.529
Capital Principal	192.358	201.529
PR nível II	6.213	17.436
RWA Cpad - Crédito	811.427	944.295
RWA Cam - Câmbio	40.053	35.184
RWA Trading - Juros, Commodities, Ações	-	1.517
RWA Opad - Operacional	660.085	500.363
RWA - Total	1.511.565	1.481.359
PR Mínimo	120.925	127.767
Índice de Basileia (PR / RWA Total)	13,14%	14,78%
Índice Nível I (PR nível I / RWA Total)	12,73%	13,60%
Índice Capital Principal (CP / RWA Total)	12,73%	13,60%

O índice da Basileia, para a data-base de 31 de dezembro de 2019, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, é de 13,14% para o Conglomerado Financeiro.

30. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

O Banco, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

31. Eventos subsequentes

Reorganização societária

Em 06 de fevereiro de 2020, reuniram-se em Assembleia Extraordinária os acionistas do Banco para deliberarem sobre a sua “reorganização societária”, reduzindo o seu Capital Social, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A. (“Socopa”) aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco.

A finalidade da redução de capital social é tornar as estruturas societárias do Banco e da Socopa independentes, por meio da transferência da totalidade das ações de emissão da Socopa para os acionistas, deixando de ser subsidiária integral do Banco, observada a seguinte ordem cronológica:

- A Socopa reduziu seu Capital, no montante de R\$ 3.783, sem o cancelamento de ações, com a restituição ao Banco Paulista de recursos em valor equivalente;
- O Banco, reduziu o Capital Social em R\$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Socopa aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco Paulista;
- Foi deliberado o aumento de capital social do Banco, no montante de R\$ 38.000, subscrito integralmente pelo acionista Álvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional, sendo que R\$ 19.000 foram integralizados no dia 13 de fevereiro de 2020 e o remanescente, equivalente a R\$ 19.000, a ser pago no dia útil seguinte à aprovação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil, em moeda corrente nacional.

Estas deliberações foram aprovadas pelo Banco Central através do Ofício 12.778/2020–BCB/Deorf/GTSP1 em 03 de julho de 2020.

Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis

O Banco, em atenção às orientações governamentais e principalmente órgãos de saúde, vem adotando as medidas necessárias para apoiar a prevenção do COVID-19.

Para isso, tem intensificado a comunicação para a conscientização de todos os colaboradores e adotado medidas administrativas como, por exemplo, flexibilização do horário de trabalho, sistema home office e reuniões não presenciais.

A Administração não identificou nenhuma alteração significativa no seu processo operacional, haja vista que continua operando normalmente.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Reconhece que, apesar das limitações atuais para se quantificar os impactos financeiros, dada a imprevisibilidade das consequências que afetarão o mercado, está preparada para os desafios pois apresenta uma situação de solidez confortável, representada pelos seus índices econômicos, além do fato de não ter verificado picos de inadimplência na sua carteira de crédito e por praticar taxas de captação compatíveis com as de mercado, o que foi possível ser verificado até a publicação destas demonstrações contábeis.